



LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

“Dispõe sobre a anistia e remissão, por cancelamento, de créditos tributários e dá outras providências.”

O Povo do Município de Brumadinho, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam cancelados os créditos tributários, relativos a tributos municipais constituídos até 31 de dezembro de 2017, cujos valores originários, por contribuinte, não ultrapassem o valor correspondente a R\$ 382,91 (trezentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos).

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também aos créditos tributários ajuizados, ficando a Procuradoria Geral do Município autorizada a requerer a desistência das execuções fiscais não embargadas.

Art. 2º Fica o Secretário Municipal de Fazenda autorizado a dispensar os contribuintes devedores do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, pessoas físicas ou jurídicas, do pagamento de juros, de multas e demais acréscimos relativos aos créditos inscritos em dívida ativa, mediante a quitação do imposto atualizado monetariamente, em até 48 (quarenta e oito) parcelas, desde que não ultrapasse o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada.

Art. 3º O parcelamento previsto nesta Lei deverá ser feito mediante requerimento do contribuinte, protocolado até o dia 20 de dezembro de 2019, e assinatura do Termo de Confissão e Parcelamento de Débito da Dívida Ativa, conforme Anexo Único, que integrará o processo de parcelamento do crédito junto à Secretaria Municipal de Fazenda.





§ 1º O pagamento da primeira parcela será efetuado em até 10 (dez) dias após a data de celebração do Termo de Confissão e de Parcelamento de Débitos da Dívida Ativa.

§ 2º O vencimento das demais parcelas ocorrerá 30 (trinta) dias após a quitação da primeira parcela, e assim, sucessivamente até a última prestação do parcelamento da dívida confessa.

Art. 4º Os benefícios desta Lei não incluem as despesas judiciais e os honorários advocatícios fixados por decisão judicial, que serão devidos e devem ser quitados independente da concessão da justiça gratuita ao executado nos autos da execução fiscal ou da ação ajuizada para discussão do débito.

Art. 5º No caso da existência de ações judiciais propostas pelo devedor para discussão dos créditos, a adesão aos termos desta Lei com o efetivo pagamento do crédito, importará em imediata extinção das ações com julgamento de mérito, arcando o devedor com as custas judiciais e renunciando expressamente qualquer verba honorária.

Art. 6º A aplicação do disposto nesta Lei não implicará restituição de quantias recolhidas de qualquer importância já pagas.

Parágrafo único. Os valores bloqueados em Instituições Financeiras de titularidade dos contribuintes por ordem judicial serão deduzidos do valor do crédito tributário, podendo o saldo remanescente ser objeto de parcelamento nos termos desta Lei.

Art. 7º O parcelamento previsto nesta Lei será cancelado se verificada qualquer das seguintes hipóteses:

- I. Decretação de falência do contribuinte ou responsável tributário;
- II. Extinção pela liquidação ou cisão da pessoa jurídica.



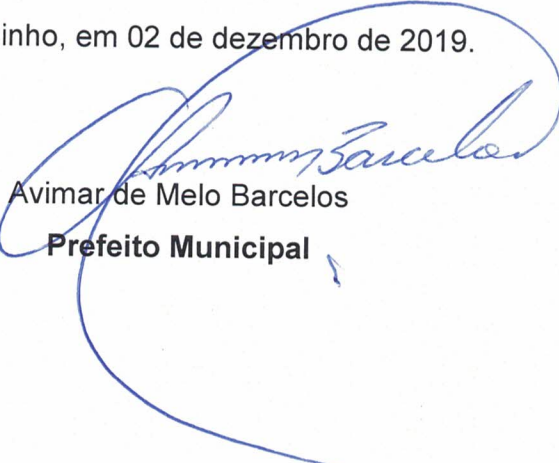


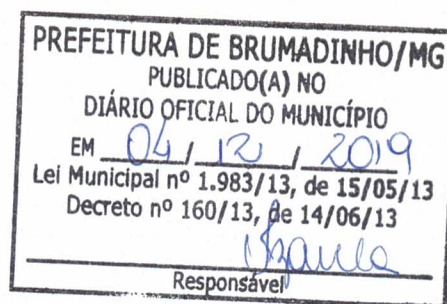
PREFEITURA MUNICIPAL
VIVA BRUMADINHO

Art. 8º O cancelamento previsto no artigo anterior implicará na exigibilidade do crédito ou do saldo existente, acrescido de juros, multa, correção monetária e demais consectários legais.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brumadinho, em 02 de dezembro de 2019.


Avimar de Melo Barcelos
Prefeito Municipal



REPUBLICADA PARA CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL (ARQUIVO DIGITAL).





PREFEITURA MUNICIPAL
VIVA BRUMADINHO

LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 02 DEZEMBRO DE 2019

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CONFISSÃO E DE PARCELAMENTO DE DÉBITO DA DÍVIDA ATIVA

Nome/Razão Social: _____

CPF/CNPJ: _____

Endereço: _____

CEP/Município/UF: _____

Requerente: _____

Por este Termo, **CONFESSA** expressamente, de livre e espontânea vontade, em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável, perante a Fazenda Pública do Município de Brumadinho, o débito da dívida ativa de sua responsabilidade, proveniente de:

Processo Informatizado nº:

| - Lançamento do Tributo abaixo assinalado: IPTU: _____

2 - Relativo:

Inscrição (ões) parcelada (s): CONFORME EXTRATO DE PROCESSO EM ANEXO

VALOR DA DÍVIDA A SER PARCELADA

3 - EXERCÍCIO (S)

4 - VALOR PRINCIPAL:

JUROS: _____

MULTAS: _____

CORREÇÃO: _____

DESCONTO: _____

T. EXPEDIENTE/OUTRAS: _____

TOTAL DO DÉBITO: _____

NÚMERO DE PARCELAS: _____

1º PARCELA: _____

DEMAIS PARCELAS: _____

Origem dos Débitos: IPTU





5 - O **Requerente** se compromete a efetuar o pagamento do débito da dívida ativa de sua responsabilidade da seguinte forma:

I - Em () parcelas definidas acima, mensais e consecutivas, sendo a 1º (primeira) até 10 (dez) dias após o requerimento de parcelamento da dívida;

II - As demais parcelas serão pagas mensalmente, considerando, a data da do pagamento da primeira parcela do presente termo de confissão, enquanto vigente.

6 - O **Requerente** está ciente e de pleno acordo em que os débitos da dívida ativa de sua responsabilidade, objeto do presente Termo de Confissão e de Parcelamento de Débito da Dívida Ativa, estão sujeitos a correção monetária da data da consolidação do débito até a data do efetivo pagamento;

7 - O **Requerente** está ciente e de pleno acordo em que o não pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas ou alternadas do parcelamento implicará no cancelamento ou rescisão imediato do presente TERMO DE CONFISSÃO E DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS DA DÍVIDA ATIVA, bem como o vencimento antecipado das demais parcelas, sendo certo que tal fato dará ensejo à imediata retomada da cobrança amigável e/ou execução judicial da dívida ativa, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09/80.

8 - O presente parcelamento poderá ser reativado uma única vez, sem alteração do valor das parcelas vincendas, nem do prazo e condições iniciais, caso o contribuinte regularize as pendências que ocasionaram a perda do benefício, no prazo máximo de 30 dias, a partir da data do vencimento da 3º parcela vencida, a qual é a data do cancelamento do parcelamento.

9 - O presente Termo de Confissão e de Parcelamento de Débito da Dívida Ativa é feito em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável, valendo como confissão, expressa, de livre e espontânea vontade, de dívida líquida, certa e exigível.

BRUMADINHO, _____, _____, _____.

Proprietário

Testemunhas:

1º) Nome: _____

CPF: _____

2º) Nome: _____

CPF: _____

